



10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL



BIBLIOTECÁRIOS EM AÇÃO: UMA PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO ENTRE BRASIL E ANGOLA

Ana Paula Lima dos Santos, Universidade Federal Fluminense (UFF), orcid.org/0000-0001-5238-4454, Brasil, ap_lima@id.uff.br

Dayanne da Silva Prudencio, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), orcid.org/0000-0001-8346-2160, Brasil, dayanneprudencio@ibict.br

Fabiana de Melo Amaral Gonçalves Pinto, Universidade Federal Fluminense (UFF), orcid.org/0000-0002-8118-3165, Brasil, fabianamelo@id.uff.br

Ruth Maria Mariani Braz, Universidade Federal Fluminense (UFF), orcid.org/0000-0003-2224-9643, Brasil, ruthmariani@id.uff.br

Arnaldo Faustino, Universidade Óscar Ribas (UÓR), orcid.org/0000-0003-3197-5348, Angola, arnaldo.faustino19@gmail.com

Exo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

1 Introdução

Esta proposta de ação é um projeto em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn) da Universidade Federal Fluminense (UFF) visando implementar atividades de formação biblioteconómica em Angola com vistas a promover a sensibilização de gestores de educação superior no país africano para o potencial e benefícios da implantação de um curso superior em Biblioteconomia no citado, bem como, de fortalecimento de uma cultura institucional de valorização das bibliotecas como dispositivos de transformação social.

Angola é um país em desenvolvimento, e como muitos outros também enfrenta escassez de mão de obra qualificada em diversas áreas do conhecimento. No Campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, essa carência é ainda mais evidente, à medida que se tem um quantitativo até 2019 de apenas 64 bibliotecas, como mostra o relatório da Federação

Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) (IFLA, 2024) e há uma escassez de bibliotecários formados e preparados para lidar com os desafios informacionais contemporâneos, como a Ciência Aberta, Acessibilidade e Inclusão e Competência Informacional.

Angola assim como o Brasil são países signatários do acordo internacional do Tratado de Marraqueche que tem como objetivo facilitar o acesso a obras publicadas por pessoas com deficiência visual, bem como outras dificuldades de leitura que foi reafirmado no Brasil pelo Decreto 9.522 de 08 de outubro de 2018 (Brasil, 2018).

No Brasil no ano de 2015 a Lei Brasileira de Inclusão entrou em vigor trazendo mudanças significativas no país, como, por exemplo, as instituições públicas e privadas tiveram que se adequar com rampas, pisos táteis e uma série de mudanças para que a pessoa com deficiência (PcD) tivesse seus direitos

garantidos. Nesse sentido, as bibliotecas têm sido um lugar onde as pessoas com deficiência encontram acolhimento e condições físicas e tecnológicas para promoção do acesso à informação aos discentes com deficiência. Em Angola, a Lei de Inclusão entrou em vigor no ano de 2016 (a Lei n.º 10/16), no entanto, o país ainda encontra-se atrasado sob o entendimento do que seja pessoa com deficiência, seu entendimento ainda se dá equivocadamente em uma estrutura médica e capacitista (Bisol; Pegorini; Valentini, 2017).

Como dito antes, outra questão enfrentada por Angola é a existência de demanda por bibliotecários e por profissionais da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação capacitados. As poucas bibliotecas existentes funcionam improvisadamente, sem políticas estruturadas e pessoal com competência para atuar e enfrentar os desafios de organizar e disponibilizar a informação (Fekayamäle, 2025).

Diante deste cenário podemos afirmar que existe um Regime de Informação no país onde há uma ausência de capacitação profissionais na área da Biblioteconomia, Ciência da Informação e consequentemente bibliotecas que não estão cumprindo o propósito de sua missão social.

Logo, se nos pautamos na defesa de igualdade de direitos, a biblioteca deve superar esses desafios impostos, efetivando o acesso à informação às pessoas com deficiência por meio de seus serviços e produtos, ampliando as políticas informacionais e as integrando às políticas institucionais das universidades, que devem ter práticas e ações inclusivas, pois a acessibilidade não é um favor ou caridade, é um direito garantido por lei. O acesso à informação é um elemento fundamental para promover a inclusão e a participação ativa na sociedade, especialmente para grupos historicamente marginalizados, como as pessoas com deficiência (Santos, 2024).

Como observamos, Angola possui legislação, embora as normas sejam uma importante ferramenta, é a formação e a conscientização dos profissionais, especialmente os

bibliotecários e as pessoas que atuam nas bibliotecas, como os auxiliares e técnicos, que garantem a aplicação prática dessas leis nos ambientes de informação.

Portanto, a capacitação desses profissionais é imprescindível para estarem preparados para implementar práticas inclusivas, promovendo a igualdade de acesso à informação, e garantir que todos os usuários, independentemente de suas condições físicas ou habilidades, possam usufruir plenamente dos serviços oferecidos pelas bibliotecas.

Nossa proposta é a criação de um ambiente de sensibilização do tema com a formação e capacitação profissional no Campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação em Angola, com um forte enfoque na acessibilidade, para capacitar profissionais que possam implementar práticas biblioteconómicas inclusivas.

Com a capacitação, espera-se aumentar o interesse dos profissionais que trabalham em bibliotecas e não possuem a formação para tal e assim poderem de fato prover o acesso à informação para toda a população, fortalecendo o desenvolvimento do capital humano e intelectual do país. Dessa forma, esta proposta se alinha com as metas de inclusão e acessibilidade estabelecidas internacionalmente, promovendo o desenvolvimento de Angola em áreas essenciais para o avanço social e educacional.

A proposta se dará com a parceria da Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil com a Universidade Óscar Ribas (UÓR) em Angola, no âmbito da internacionalização da ciência e tem a pretensão de promover um curso prático voltado a Gestão de bibliotecas e a construção do conhecimento através da pesquisa por meio do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inclusão da UFF.

Essa iniciativa tem o vislumbre de que os gestores de bibliotecas angolanas possam entender e reconhecer a complexidade e a dinâmica do fazer em Biblioteconomia, essa constatação pode contribuir na procura de cursos de graduação no Campo da

Biblioteconomia, uma vez que no país a profissão ainda é exercida sem a formação qualificada para a gestão da informação.

E assim, indagamos: Como a capacitação de profissionais atuantes em bibliotecas nos temas de acessibilidade e inclusão social, alinhada às políticas públicas de inclusão, pode contribuir para a implementação de práticas inclusivas nas bibliotecas de Angola, garantindo o acesso igualitário à informação para pessoas com deficiência, além de incentivá-los a se capacitarem e se interessarem pela formação em Biblioteconomia?

O objetivo dessa proposta é desenvolver e implementar um curso de capacitação para profissionais que atuam em bibliotecas em Angola, com foco em suprir a lacuna de formação específica na área, visando melhorar a qualidade dos serviços oferecidos, promover a inclusão de pessoas com deficiência e alinhar as práticas do campo da Biblioteconomia aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Dito isso, é imperativo criar ambientes e formar pessoas capacitadas no campo informacional para enfrentar a questão da acessibilidade e inclusão, para tanto se faz necessário ampliar instituições como bibliotecas e profissionais capacitados para atuarem nela e assim promoverem a organização da informação, em especial, a questão do acesso aos conteúdos informacionais.

A seguir apresentaremos uma breve contextualização sobre o cenário de Angola.

2 Breve contextualização sobre a formação profissional em Angola

Para Djalo (2021), ao fazer uma análise comparativa de modelos de formação na África, conclui-se que o atual cenário de escassez de mão de obra técnica e científica no continente remonta a um período anterior à criação da Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963. Segundo o autor, nessa época, a educação na região ainda estava em um estágio inicial ou sequer havia começado

em muitos países que conquistaram a independência na década de 1960. Durante esse período, esses países passaram por profundas transformações sociais, políticas e econômicas.

A partir de então, foi elaborado um plano de ação para os anos seguintes na África, que, entre outros aspectos, priorizava a promoção e a criação de bibliotecas, bem como a formação de profissionais da área de Biblioteconomia e Arquivologia. Nos discursos políticos e acadêmicos, a expressão "sociedade da informação" vem sendo gradualmente substituída por "sociedade do conhecimento", e essa mudança reverbera no sistema educativo, impactando o mundo todo (Djalo, 2021).

Nesse novo contexto global, surgem desafios educacionais que impõem a necessidade de profissionais qualificados. Diante desse cenário, e com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), foi criado, em 1963, o Centro Regional de Formação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas na Universidade de Dakar, com o objetivo de capacitar profissionais dos países francófonos da África. Posteriormente, em 1967, essa iniciativa deu origem à Escola de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (EBAD), que, até 2003, já havia formado mais de dois mil profissionais (Gaye, 2008 *apud* Djalo, 2021).

Assim, a grande maioria dos países lusófonos da África foi devastada por guerras decorrentes da independência e por conflitos internos no período pós-independência. Esses acontecimentos explicam a ausência de políticas voltadas à promoção e criação de instituições, como redes de bibliotecas, diferentemente do que ocorreu em outros países de ex-colônias (Djalo, 2021).

Nesse sentido, entre 1975 e 1980, Angola iniciou um relevante processo de reorganização de bibliotecas públicas, bem como a implementação de cursos na área de Biblioteconomia e Documentação, conforme aponta Santos Júnior (2014). No entanto, apesar dos esforços para estruturar as

bibliotecas públicas, a formação profissional permaneceu insuficiente, resultando em uma carência de mão de obra no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação que persiste até os dias atuais.

Nossas pesquisas livres em metabuscadores recuperou raras intervenções formativas¹ para o desenvolvimento do quadro de recursos humanos das bibliotecas angolanas. Outrossim, o estado nação não dispõe de curso superior de bacharelado ou licenciatura em Biblioteconomia nos moldes de outros países do Sul global. Desta forma, os profissionais que atuam nas bibliotecas do país, comumente possuem formação em áreas afins a Educação, Letras e Ciências Sociais. Isto posto e salvaguardando a adequação à realidade local, há oportunidades para o desenvolvimento de atividades educacionais como a que se coloca.

Dessa forma, um programa de capacitação pode incentivar mudanças estruturais, estimulando os futuros bibliotecários a desenvolverem práticas informacionais alinhadas às necessidades da população e promovendo um regime de informação mais equitativo em Angola.

A seguir discutiremos alguns aspectos que nos levam a essa proposta como o clamor mundial pelo desenvolvimento sustentável.

3 Agenda 2030 e a promoção do acesso à informação nas bibliotecas de Angola

Em 2015, foi estabelecido um plano por 193 países membros da ONU, entre eles, Brasil e Angola. A Agenda 2030 reverbera esse plano de ação global da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) para promoção do desenvolvimento sustentável até 2030 (ONU, 2016). Nesse sentido, a Agenda é um dispositivo que verbaliza o desejo, as aspirações e as prioridades estabelecidas pela comunidade internacional para os próximos anos, empoderando as pessoas através da ênfase na promoção de uma vida mais digna e

igualitária, em que se destaca o acesso à informação. A IFLA advoga o acesso público à informação, entendendo que este é um dos recursos a permitir que as pessoas tomem decisões sobre as questões que as afetam e, assim, possam melhorar suas vidas. Nesse processo, as bibliotecas são instituições vitais para que a proposta da Agenda seja alcançada.

Assim, nessa parceria, a UNESCO e a IFLA entendem que as comunidades que têm acesso a informações relevantes sobre situações que as afligem têm melhores condições para erradicar a pobreza e a desigualdade social, resolvendo problemas básicos nas áreas de agricultura, saúde, educação, etc. garantindo a todos melhor qualidade de vida (Ferrari, 2021). Entender os propósitos que cercam esse debate e de que forma o tema da inclusão da pessoa com deficiência se insere nele é um dos aspectos que motivou esta pesquisa.

Dessa forma, Angola e Brasil, como signatários dessa agenda, têm o compromisso de promover o acesso universal a direitos fundamentais, como a educação e a informação, sem discriminação. Nesse contexto, os bibliotecários desempenham um papel relevante ao garantirem que as bibliotecas se tornem espaços acessíveis a todos, inclusive às pessoas com deficiência, conforme estabelecido pelas leis nacionais de inclusão. Portanto, a capacitação desses profissionais é imprescindível para estarem preparados ao implementar práticas inclusivas, promovendo a igualdade de acesso à informação, e garantir que todos os usuários, independentemente de suas condições físicas ou habilidades, possam usufruir plenamente dos serviços oferecidos pelas bibliotecas.

Consideramos que esta proposta de capacitação de profissionais em biblioteconomia, com foco na inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência, e seu impacto nas bibliotecas de Angola, é relevante tanto para a área acadêmica quanto para o contexto social. Melhorar o acesso à

¹ <http://www.embaixadadeangola.pt/ministra-da-cultura-destaca-formacao-continua-de-quadros-bibliotecarios/>

informação e garantir uma gestão eficiente de dados e recursos informacionais pode transformar positivamente a educação e a pesquisa no país.

O foco recai sobre uma necessidade real: a qualificação dos profissionais que atuam nas bibliotecas, incentivando-os a buscar formação no ensino superior, fundamental para a organização e disseminação da informação e do conhecimento. A formação de bibliotecários e o incentivo à educação são aspectos essenciais para o desenvolvimento científico e tecnológico. Vale lembrar que o Brasil desde 1911 nos porões da biblioteca nacional, foi o terceiro curso de Biblioteconomia do mundo e o primeiro da América do Sul, dando ao Brasil tradição e reconhecimento internacional no ensino da área, conforme observa Souza (1990).

Na história da Biblioteconomia e Ciência da Informação, as discussões em torno do acesso e recuperação da informação, na maioria das vezes, não se atenta para a questão que nem todos os sujeitos reúnem as mesmas condições para usufruir plenamente dos sistemas de informação. Além das questões sociais e econômicas que envolvem a questão, há outras, como as deficiências sensório-motoras, como mobilidade física, audição e visão, para acessar e manusear os catálogos e ler os documentos. Raros são os casos em que há preocupação em traduzir os catálogos para braile ou de treinar intérprete em libras para auxiliar as pessoas com deficiências auditivas em suas pesquisas e consultas bibliográficas (Stroparo, 2014).

No âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o acesso equitativo à informação é reconhecido como um componente essencial para alcançar objetivos de desenvolvimento social, econômico e ambiental. Pois, "a falta de informação vincula-se profundamente à falta de autonomia, sobretudo na tomada de decisões. Uma de suas consequências é uma das formas mais extremas de violência sofrida por muitas mulheres com deficiência: a esterilização" (Oriti, p. 31, 2021).

González de Gómez (2002, p. 34), ao discutir os novos cenários políticos para a informação designa regime de informação como "modo de produção informacional dominante em uma formação social", entendendo como formação social o modo de produção e as relações sociais nas quais se movem o Estado e a sociedade civil. Um espaço de disputa que envolve sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, que mobiliza meios, recursos, padrões, diretrizes de avaliação/seleção, organização, processamento, preservação e distribuição da informação (González de Gómez, 2002).

Frohmann (2006) contribuiu com as análises ao chamar a atenção para as questões sociais ao entender que um regime de informação tem como marca as linhas das forças que dominam o regime. Ou seja, o Estado é um sujeito que cria as regras, os padrões, dita os modelos de uma organização e nesse sentido se configura as relações de poder.

No campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, a questão da acessibilidade e da inclusão social integra os debates sobre os regimes e políticas de informação. No Brasil a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), com o propósito de cumprir metas estabelecidas pela Agenda 2030 criou em 2018, o grupo de trabalho – Access, um grupo de acessibilidade em bibliotecas empenhado na busca pela inclusão de pessoas com deficiência (Ferrari, 2021).

Um dos aspectos imprescindíveis para o acesso à informação é a organização de ferramentas bibliográficas, como catálogos e repositórios, que viabilizem o acesso aos documentos. Dentre os problemas que envolvem a questão está o tratamento bibliográfico e temático da informação por meio da atividade da catalogação, que durante décadas vem se comportando tradicionalmente, pouco aberta à incorporação de tecnologias que proporcionem maior acessibilidade a seus catálogos e bases bibliográficas (Santos, 2024).

As bibliotecas são espaços sociais onde se dá a mediação da informação e do conhecimento

por meio das ferramentas bibliográficas - catálogos e repositórios - de modo a torná-las mais acessíveis às pessoas com deficiência.

Entendemos que abordar a acessibilidade e a inclusão, aliadas ao acesso aberto e à competência informacional, temas esses que serão abordados no curso proposto com a expectativa de incluir um conhecimento emergente que vem sendo discutido no âmbito da Agenda 2030 no Brasil, significa fornecer ferramentas essenciais para a sobrevivência em um cenário global de muitos desafios. Iniciar a formação com essa perspectiva representa uma ação inovadora, capaz de transformar não apenas a gestão da informação, mas também seu uso estratégico em benefício dos indivíduos e do país.

Um exemplo bem-sucedido dessa abordagem ocorreu em Moçambique, onde a proposta de inclusão da competência informacional nos currículos dos cursos de Biblioteconomia reverberou a importância desses conteúdos nos currículos, pois a pesquisa demonstrou que a ausência de disciplinas com conteúdos específicos compromete o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o planejamento e a implementação de projetos informacionais nas bibliotecas (Manhique; Casarin, 2025). Nesse contexto, as bibliotecas desempenham um papel central, sendo espaços estratégicos para a promoção de mudanças e transformações sociais.

No campo do ensino, seja, básico ou superior, essa questão se potencializa, pois as bibliotecas são recursos imprescindíveis para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. Discutir a questão da organização da informação na perspectiva crítica considerando os debates sobre inclusão social de pessoas com deficiências, responsabilidade social das bibliotecas, acessibilidade e direito à informação é o pressuposto que norteia a proposta desta pesquisa.

A seguir veremos o caminho metodológico para esta proposta.

4 Procedimentos Metodológicos

Esta proposta será desenvolvida a partir do paradigma indiciário, é um método de pesquisa desenvolvido pelo historiador Carlo Ginzburg em 1979, que consiste em um modelo epistemológico baseado na busca por indícios. No campo científico, o paradigma supracitado propõe um aspecto metodológico para o pesquisador poder usá-lo em seu caminho metodológico, seguindo uma intuição empírica e também racional, em um trabalho de rastrear sinais, como um caçador (Ginzburg, 1989).

O paradigma indiciário se aproxima do arcabouço teórico e metodológico de regime de informação, no sentido que nos permite utilizá-lo como uma interessante ferramenta “para situar e analisar as relações de uma pluralidade de atores, práticas e recursos, à luz da transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação” (González de Gómez, 2012, p. 43-44).

O paradigma indiciário nessa proposta será aplicado da seguinte forma:

- com a coleta dos indícios, identificando os fragmentos de informação, como documentos, relatos, leis, estatísticas, imagens, discursos e práticas culturais, valorizando detalhes que, em um primeiro momento, podem parecer irrelevantes, mas que ajudam a compreender um fenômeno maior.

- interpretação e conexão dos indícios, comparação entre os indícios coletados, buscando **padrões, correlações e pistas**, considerando o **contexto histórico** e social para compreender o significado das informações.

- formulação de hipóteses, desenvolvimento de hipóteses a partir da análise dos indícios, sem a necessidade de um modelo teórico fechado no início da pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa avança conforme os **sinais** são encontrados e vão indicando novos caminhos de investigação.

- validação da análise, com o cruzamento dos indícios com outras fontes para verificar sua confiabilidade, utilização de métodos como história oral, análise documental, observação participante, etc.

Para esta proposta a identificação de práticas e estratégias informais utilizadas por trabalhadores de bibliotecas sem formação universitária, serão essenciais para reconstrução do seu aprendizado a partir de depoimentos, rotinas e registros documentais.

Somado a uma pesquisa exploratória e de análise descritiva e analítica, buscando identificar como os profissionais que trabalham nas bibliotecas de Angola podem se tornar agentes de transformação social na promoção da inclusão por meio da capacitação. A metodologia será dividida nas seguintes etapas:

Fase 1: Diagnóstico e Levantamento de Necessidades

- Realizar uma análise situacional das bibliotecas em Angola, mapeando desafios e necessidades relacionadas à acessibilidade e a formação profissional.

Fase 2: Desenvolvimento da proposta da capacitação

- Criação de um curso de capacitação direcionado às pessoas que trabalham em bibliotecas, como os auxiliares e técnicos ou que queiram atuar em bibliotecas. O curso será no formato presencial e oferecerá 40 vagas, obedecendo à ordem de inscrição. O curso abordará as práticas inclusivas, a aplicação das leis de inclusão, e a promoção do acesso igualitário à informação.

- Proposição de diretrizes para a inclusão de disciplinas relacionadas à acessibilidade e inclusão de Pessoas com deficiência, nos currículos dos cursos superiores em Angola.

Fase 3: Composição da equipe docente

- A equipe se dará com 3 bibliotecárias (cada uma focará na sua especialidade: inclusão e acessibilidade, acesso aberto e competência em informação), doutoras e professoras atuantes no Brasil, para elaborar e ministrar os conteúdos dos cursos com ênfase nas práticas inclusivas.

Fase 4: Implementação do Curso Piloto

- Oferecer a primeira turma do curso em formato remoto, mediado pela Universidade

Oscar Ribas em Angola de, monitorando e avaliando os resultados para melhorias contínuas.

Fase 5: Avaliação e Expansão

- Avaliar os resultados, aplicando um questionário aos participantes ao final do curso piloto e identificar áreas para ajustes.
- Expandir o curso para outras regiões do país, aumentando o número de profissionais capacitados. Continuaremos a parceria com a Universidade Óscar Ribas para poder futuramente oferecer um curso técnico ou de graduação em Biblioteconomia.

Além do curso remoto, para dar continuidade e institucionalizar o curso, vamos fazer a versão presencial em formato de oficinas temáticas, assim a universidade além do formato remoto poderá disponibilizá-lo também no formato presencial alcançando um público maior promovendo uma capacitação duradoura.

5 Resultados Esperados

Iniciaremos a capacitação com palestras remotas por meio de um evento remoto para divulgação e alcance do público angolano.

Esperamos que este projeto transforme o Regime de Informação reverberado pela ausência de profissionais capacitados nas bibliotecas em Angola, oferecendo capacitação profissional para promover a acessibilidade informacional em um contexto de inclusão social. Espera-se que a formação desses profissionais gere impactos relevantes, como o aumento ao acesso à informação para pessoas com deficiência e outras populações marginalizadas, melhora da qualidade dos serviços oferecidos pelas bibliotecas em Angola, e o estabelecimento do país como referência em acessibilidade informacional na região.

Espera-se que sejam realizados ajustes nos currículos acadêmicos do país, com a inclusão de disciplinas sobre inclusão social, acessibilidade e diversidade nos cursos de nível superior, promovendo uma formação mais voltada à inclusão. Além disso, espera-se que o projeto inspire a implantação de práticas

inclusivas nas bibliotecas, como políticas e estratégias alinhadas às normas de inclusão e às diretrizes da Agenda 2030.

Outra ação esperada é o aumento da conscientização sobre o papel dos bibliotecários, auxiliares e técnicos, e de outros profissionais, na promoção da inclusão, competências informacionais e gestão da informação, destacando sua responsabilidade social, além do cumprimento das obrigações legais.

A capacitação desses profissionais contribuirá para consolidar o Campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação em Angola, melhorando a organização e os serviços das bibliotecas, o que facilitará o acesso ao conhecimento e à informação. O projeto também contribuirá para o desenvolvimento do capital humano, formando profissionais qualificados e impactando positivamente a educação e o mercado de trabalho, ao promover habilidades e competências essenciais para o crescimento do setor.

Além disso, bibliotecas bem gerenciadas e com profissionais qualificados são fundamentais para o avanço da pesquisa científica e tecnológica, ao facilitarem o acesso a informações e publicações relevantes, acelerando a inovação no país. O projeto também vislumbra o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas à preservação de informações e ao acesso à educação, essenciais para o avanço científico e tecnológico.

A colaboração internacional entre Brasil e Angola permitirá a troca cultural e de conhecimentos, ampliando as perspectivas dos profissionais angolanos e integrando boas práticas internacionais. Dessa forma, promoverá o acesso equitativo ao conhecimento, ajudando no empoderamento de populações que, de outra forma, poderiam ter acesso limitado a recursos educacionais e informativos.

6 Considerações Parciais

Este projeto busca reforçar o papel fundamental da formação dos bibliotecários

como agentes de inclusão social, que não apenas cumprem as obrigações legais das Leis de Inclusão, mas também assumem uma postura proativa em garantir o acesso equitativo à informação, além de transformar um regime de informação marcado pela ausência de capacitação técnica e acadêmica em Angola. A capacitação desses profissionais e a inclusão de temas de diversidade, acessibilidade e inclusão social e uma gestão do conhecimento estratégica associados a competência informacional nos currículos acadêmicos são passos essenciais para promover uma sociedade mais justa e igualitária, conforme preconizado pela Agenda 2030 da ONU.

A proposta de capacitação de profissionais em biblioteconomia, com ênfase na inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência, representa uma importante ação para o fortalecimento das bibliotecas em Angola. Além de atender a uma necessidade urgente de qualificação desses profissionais, o projeto visa transformar a gestão da informação e promover a educação e a pesquisa no país, fortalecendo a cooperação acadêmica entre Brasil e Angola. Ao incentivar a busca por formação superior e ao focar no desenvolvimento de competências essenciais, a proposta contribuirá consideravelmente para o avanço científico, tecnológico e social, gerando impactos duradouros tanto para os profissionais envolvidos quanto para o sistema educacional e econômico angolano como um todo.

Dessa forma, vislumbra-se uma oportunidade de promover os campos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação em Angola como áreas estratégicas para o desenvolvimento de práticas informacionais essenciais à gestão política, social e educacional do país. A proposta inclui a abordagem de temas atuais, amplamente debatidos por instituições nacionais e internacionais, em resposta a demandas sociais que essas áreas vêm buscando atender por meio de seus métodos teóricos e metodológicos.

Os desafios são inúmeros, destacando-se a própria capacitação em um país onde a

educação pública ainda não é uma realidade consolidada e a maioria das instituições de ensino pertence à rede privada, dificultando o acesso da população mais carente à educação. Por outro lado, a possibilidade de promover a Biblioteconomia e a Ciência da Informação por meio de uma proposta inovadora, com potencial para gerar uma transformação social relevante, torna essa iniciativa ainda mais instigante.

Salientamos ser uma proposta que se encontra em seu estágio inicial e durante o desenvolvimento do projeto pretendemos divulgar os resultados por meio de artigos, compartilhando com a comunidade científica os resultados desse projeto.

Referências

- Angola. Lei nº 10/16 de 27 de julho de 2016. Estabelece as normas gerais, condições e critérios de acessibilidades para as pessoas com deficiência ou mobilidade condicionada. Diário da República de Angola: I série, Luanda, n. 125, p. 3137-3206, 27 jul. DiFonzo, N., & Bordia, P. (2007). Psicologia do rumor: Abordagens sociais e organizacionais. American Psychological Association.
- Brasil. Decreto n. 9.522, de 8 de outubro de 2018. Promulga o Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 195, p. 1-4, 9 out. <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=1&data=09/10/2018&totalArquivos=118>.
- Brasil. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.
- Djalo, laguba (2021). Formação bibliotecária no contexto africano: olhares de Guiné-Bissau. Revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação. Belo Horizonte, MG. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/39919>.
- Ferrari, Adriana Cybele (2021). Agenda 2030: o que as bibliotecas têm a ver com isso? FEBAB, São Paulo, 11 mar. Seção Fala FEBAB!. Online. <https://febab.org/2021/03/11/agenda-2030-bibliotecas/>.
- Fekayamäle, Leopoldina (2025?). Bibliotecas Comunitárias em Angola: espaços de cultura, aprendizagem e esperança para além do centro! Revista 8. Narrativas: Angola. <https://mundocritico.org/revista/bibliotecas-comunitarias-em-angola-espacos-de-cultura-aprendizagem-e-esperanca-para-alem-do-centro/>.
- Frohmann, Bernd (2006). O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariângela Spotti; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. São Paulo: Fundep. E-Book. p. 1-13. <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/829/0%20car%C3%A1ter%20social%2C%20materia%C20e%20p%C3%bablico%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1>.
- Ginzburg, Carlo (1989). Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras.
- González de Gómez, María Nélida (2002). Novos cenários políticos para a informação. Ci. Inf., Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a04v31n1.pdf>.
- González de Gómez, María Nélida (2012). Regime de Informação: construção de um conceito. Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376/8576>.
- IFLA (2024). Mapa da biblioteca do mundo. <https://librarymap.ifla.org/map/Metric/Number-of-libraries/LibraryType/National-Libraries,Academic-Libraries,Public-Libraries,Community-Libraries,School-Libraries,OtherLibraries/Country/Angola/Weight/Totals-by-Country>.

- Manhique, Ilídio Lobato Ernesto; Casarin, Helen de Castro Silva Casarin (2025). Inserção da competência em informação no currículo dos cursos de graduação de Biblioteconomia em Moçambique. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. v.23, Campinas, SP.
- ONU (2006). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas. <https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-s.pdf>.
- ONU (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. [S.I.]: Organização das Nações Unidas. <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=pt>.
- ONU (2018). Mais de 1 bilhão de pessoas no mundo vivem com algum tipo de deficiência. Jornal da ONU, [S.I.], 3 dez. Direitos Humanos. Online. <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1649881>.
- ONU (2016). Transformando Nossa Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Tradução: Centro de Informações das Nações Unidas para o Brasil. [S.I.]: Organização das Nações Unidas. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf.
- Oriti, Chiara (2021). Aceitando o desafio, mulheres com deficiência: por uma vida livre de violência. Um olhar inclusivo e transversal. Organização das Nações Unidas. <https://encurtador.com.br/dBDSZ>.
- Stroparo, Eliane Maria (2014). Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias: uma análise do Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Santos Junior, Roberto Lopes dos (2014). Análise histórica sobre o desenvolvimento da Biblioteconomia e Ciência da Informação em Angola, Moçambique e Etiópia. Em Questão, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./Dez. seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/48850/32120.
- Santos, Ana Paula Lima dos (2024). Inclusão, acessibilidade comunicacional e informacional às pessoas com deficiência em bibliotecas universitárias: discussão à luz do conceito de regime de informação. [Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense]. Niterói, RJ. <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/34274/Tese%20Ana%20Paula%20versao%20final%20Posdefesa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- SOUZA, Francisco das Chagas de (1990). O ensino de Biblioteconomia no contexto brasileiro. Florianópolis: Ed. UFSC.